

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

Pregão Eletrônico



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO
Setor de Licitações e Contratos

DECISÃO DE RECURSO

PROCESSO Nº08/2025

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº01/2025

ASSUNTO: Análise do Recurso apresentado pela empresa BENÍCIO PNEUS EIRELI – CNPJ Nº 39.535.062/0001-33.

I - RELATÓRIO

Trata-se de análise de recurso administrativo, interposto pela empresa BENÍCIO PNEUS EIRELI – CNPJ Nº 39.535.062/0001-33 em face da classificação das ELINALDO DÓREA MAIA, RONALDO MEIRELES PEREIRA, RM EMPREENDIMENTOS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, NORDESTE DISTRIBUIÇÕES LTDA, LOODS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, LEONARDO SOUZA LIMA e MORAES COMÉRCIO PEÇAS ACESSÓRIOS EIRELI, no tocante ao lote 2,, sob alegação de que teriam descumprido exigências de cunho obrigatório no Edital do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico - SRP nº 08/2025, que tem como objeto: *“AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE CÂMARAS DE AR, visando atender a frota de veículos leves, pesados e maquinas que compõem a frota de veículos próprios da Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio-BA, para atender em especial às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Públicos e demais Órgãos participantes, por um período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.(...)”*

Tempestivamente a empresa protocolizou as razões recursais, conforme consta do protocolo e data de interposição da peça recursal.

Não houve contrarrazões.

Assim, ante as razões trazidas pela Licitante, passo a decidir.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, ressalta que a análise recursal ficará restrita a empresa que ficou classificada em 1º lugar no Lote 02, qual seja, a Recorrida ELINALDO DÓREA MAIA, cuja documentação ficou disponível para análise.

Em relação a licitação, a mesma tem por objetivo garantir a observância dos princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade e, na busca de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, ao princípio da economicidade. Assegurando-se, em condições de igualdade, oportunidade a todos os interessados em contratar com o poder Público.

Neste contexto, a questão que se coloca refere-se a um impasse entre princípios, quais sejam, o da vinculação estrita ao edital e em decorrência o da isonomia, ou, o da proteção ao interesse público através da escolha da proposta mais econômica para a Administração.

Vale seguir com a citação lúcida do nobre jurista José Afonso da Silva:

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO
Setor de Licitações e Contratos

“A Administração Pública é informada por diversos princípios gerais, destinados, de um lado, a orientar a ação do administrador na prática dos atos administrativos e, de outro lado, a garantir a boa administração, que se consubstancia na correta gestão dos negócios públicos e no manejo dos recursos públicos (dinheiro, bens e serviços) visando o interesse coletivo” (Da Silva, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo, 30ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.) (grifos nossos)

Sobre o tema, assevera o eminente mestre José dos Santos Carvalho Filho:

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa. (...)

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto”. (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 25ª edição. Editora Atlas, 2012, p. 244.) (grifos nossos)

Com isso, restou observado, ainda, a aplicação do princípio do julgamento objetivo, o qual é corolário do Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório (art. 5º da Lei nº 14.133/21), já que a análise dos documentos se deu com base em critérios indicados no ato convocatório.

No caso, os vícios apontados pela Recorrente afetaram o perfeito entendimento quanto ao objeto ofertado e as condições essenciais exigidas na licitação, considerando que tal conduta desnivela a disputa, observando-se, nesse caso, que a proposta da Recorrida (ELINALDO DÓREA MAIA), em relação ao lote 02, não está consentânea às exigências do edital.

Vale frisar que, o setor técnico da secretaria solicitante aferiu que a proposta não cumpre os requisitos constantes dos itens exigidos no Lote 02 do edital (doc. anexo).

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO
Setor de Licitações e Contratos

Nesse caso, não se trata de mera irregularidade ou vício sanável, que possa ser relativizada pela Administração e sim, o não atendimento de condições essenciais exigidas no Instrumento Convocatório.

Desta forma, o não atendimento as estas exigências do instrumento convocatório constituem vício que, e em razão de sua natureza, não é considerado como passível de correção, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, uma vez que se trata de não atendimento à norma prevista no próprio Edital.

Fica assim, demonstrado os argumentos trazidos pela Recorrente merecem a acolhimento, observando-se o quanto previsto no edital, além de lastreada nos Princípios que norteiam o Procedimento Licitatório, tais como, a Legalidade, Razoabilidade, Vinculação ao Edital, Eficiência Estatal e Isonomia.


Restou observado, que da análise dos documentos se deu com base em critérios indicados no ato convocatório, especificamente no tocante aos itens do lote 02 do edital, observando-se o descumprimento da Licitante recorrida, que não cumpriu as exigências apontadas nas razões recursais, no que tange a comprovação da sua capacidade técnica a cumprir o objeto do edital.

Assim, apontadas as razões fáticas e jurídicas acima deduzidas, decide, à luz das leis aplicáveis à espécie, do objeto da licitação, do seu instrumento convocatório, manter a decisão que desclassificou a Licitante/Recorrente.

III – CONCLUSÃO

Ante as razões fáticas e jurídicas acima deduzidas, decide a luz dos Princípios da Legalidade, Isonomia, Vinculação ao Edital, Eficiência Estatal e Julgamento Objetivo, pelo CONHECIMENTO e PROVIMENTO ao Recurso formulado pela licitante BENÍCIO PNEUS EIRELI – CNPJ Nº 39.535.062/0001-33, desclassificando a empresa ELINALDO DÓREA MAIA, no tocante ao Lote 02.

Teodoro Sampaio/BA, 08 de maio de 2025.


Joseval Silva de Argolo Azevedo
Pregoeiro Municipal